PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. PINHEIRINHO)

Altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para ampliar as fontes de financiamento do setor turístico.

O Congresso Nacional decreta:

Art.	1° O art. 4° da Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989,
passa a vigorar com a seguinte redação:	
	Art. 4°
	I – produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, e cooperativas de produção que, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento, desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços, especialmente na área de turismo, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; (NR)
Art.	2º O art. 16 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008,
passa a vigorar com a seguinte redação:	
	Art. 16
	"

JUSTIFICAÇÃO

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





A presente proposta resgata o teor do PL nº 10.886, de 2018, de autoria do Deputado Giuseppe Vecci, arquivado no fim da legislatura passada.

Como foi pontuado à época, é fundamental que se ampliem os canais de financiamento para a atividade turística no País. A atividade turística é sabidamente intensiva em mão de obra, devendo por isso receber especial atenção do Poder Público, tendo em vista o grave problema de desemprego atualmente enfrentado por milhões de brasileiros.

Sabemos também que o setor foi fortemente impactado pela pandemia ora atravessada. Segundo recente relatório do World Travel & Tourism Council (WTTC), o PIB total do turismo caiu de US\$ 115,7 bilhões em 2019 para USD\$ 78 bilhões (-32,6%), passando a responder por 5,5% do PIB brasileiro (antes 7,7%).

É o momento de criarmos as condições para mais investimentos no setor, a fim de que o turismo possa despontar como atividade indutora da recuperação econômica pós-pandemia. Em termos de participação na economia, o setor ocupava, antes da pandemia, somente a 117ª posição no ranking mundial, realidade inexplicável em vista de todas as potencialidades naturais de que desfrutamos.

Nesse sentido, recuperamos a presente iniciativa. Sabe-se que, em muitos casos, os recursos dos fundos constitucionais ficam ociosos, deixando de cumprir sua função constitucional de desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado PINHEIRINHO



